



IGUALDADE DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A ESCOLA MARIA DO CARMO CASTRO/ ARARA-PB

Iris Dayane Guedes Lira; Fabiana Araújo de Lima; Janailson da Silva Costa; Jefferson Santos Alves da Costa;

Universidade Federal da Paraíba/irisdayane04@gmail.com; Universidade Vale do Acaraú / fabianaaraujoo@hotmail.com; Universidade Vale do Acaraú/janailsonth@gmail.com; Universidade Federal da Paraíba/jefferson_santos03@hotmail.com

Resumo

É necessário que a escola como uma das principais instituições sociais, proporcione momentos de discussões sobre amplos assuntos, incluindo também a igualdade de gênero. O objetivo deste trabalho foi verificar se o alunado tem conhecimento sobre o tema igualdade de gênero, ressaltando os conceitos e preconceitos, que envolvem o tema. Foi entregue aos discentes do 6º ano do ensino fundamental II um questionário estruturado contendo cinco questões, foi perguntado aos discentes o seu sexo, se os mesmos sabiam o que é igualdade de gênero, se em algum momento na sua formação acadêmica eles aprenderam sobre igualdade de gênero, se os mesmos já sofreram ou conhecem alguém que sofreu preconceito, e se concordam que equidade de gênero deveria ser ministrada de forma interdisciplinar nas escolas. Os dados e os resultados foram analisados por meio da estatística descritiva (percentual), representados por gráficos, utilizando para esta finalidade, o programa computacional Microsoft Office Excel 2013. Sobre a concepção dos discentes conclui-se que o tema igualdade de gênero ainda não se tornou parte do currículo escolar, embora o alunado já tivesse conhecimento sobre o tema com informações dadas em meios não formais. Os alunos da escola onde foi realizada a pesquisa recebem uma educação não informal e formal respectivamente das instituições sociais, família e escola, relacionado a igualdade de gênero, e começa a entender que todos são diferentes, porém foi verificado que a escola que deveria ser um precursor dessas questões ainda precisa atuar de forma mais efetiva sobre a importância do tema.

Palavras-Chave: Educação, Igualdade de Gênero, Escola.

Introdução

As desigualdades entre homens e mulheres estão em vigor desde os primórdios da sociedade, as mulheres eram tratadas como seres inferiores, sem direitos de pensar e até mesmo banidas de frequentar escolas, cargos políticos, trabalhar, votar, entre outros aspectos. Homens eram vistos como detentores do saber e autoridade máxima em uma família. Santos e Sacramento, (2011):

O início do século XIX para as mulheres foi marcado por um pensamento machista endossado pelas ideias da Igreja Católica e da ciência, que acreditavam que a mulher era inferior por sua condição física, devendo ficar reservada somente à função de procriação e aos afazeres domésticos, muitas vezes não podiam estudar e quando isso acontecia sua educação se resumia às primeiras letras. (SANTOS E SACRAMENTO, 2011).

Para Santo e Sacramento, (2011) a mulher era submetida somente para a procriação e os cuidados dos filhos e do lar. A dominação masculina é algo tão imposto pela sociedade que é propagado sucessivamente entre as principais



instituições sociais: as famílias, as escolas e as religiões. Esse legado cultural de subordinação das classes minoritárias, tais como as mulheres, homossexuais, negros, são perpassadas de forma natural, utiliza exemplos dos aspectos semânticos para explicar essa naturalização e normatização do indivíduo, segundo ele, subjetivamente e objetivamente a sociedade utiliza de homólogos opostos tais como, alto/ Baixo/, velho/novo/, homem/ mulher, para manter a ordem natural das coisas e assim perpetuar essa desigualdade. (BOURDIEU, 2002).

[...] A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-lo (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu, (2002) enfatiza a neutralidade como fator fundamental para essa diferenciação entre os sexos, é como se o homem neutro na sociedade, não precisasse se reafirmar como um ser dominante, seguindo o rumo “natural das coisas”. Já as mulheres alienadas pela naturalização não reconhecem essa dominação por acreditarem que essa é a forma normal de agir em sociedade. Bourdieu (2002) afirma que essa aceitação de uma cultura de normatização e subordinação sem percepção das partes envolvidas é denominada violência simbólica.

[...] Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, das expectativas que eles ou elas nele depositaram, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002).

Mediante a esse legado cultural se criou a ideia de homogeneização do homem e da mulher, o homem como um ser forte e poderoso com função de trabalhar e manter sua família, e a mulher como um ser frágil responsável por cuidar da casa e dos filhos.

A igualdade de gênero é considerada um dos pilares para se construir uma sociedade democrática e igualitária, porém ainda permeia essa desigualdade. Na educação combater essa desigualdade requer atenção, pois é nela que encontramos a base que precisamos para inserir os verdadeiros princípios para termos uma sociedade baseada na equidade, “Sem igualdade de gênero a democracia do país fica incompleta. É nessa expectativa que a escola tem um papel fundamental, conseguindo transmitir e reproduzir valores, formar sujeitos, independente de gênero”. (Pereira, 2015). Em outras palavras Louro, (2002) defende que:

[...] A educação está implicada,
seja também qual for a



perspectiva que se assuma num processo de construção de sujeitos. Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica que há um processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (e não se duvida que a educação tem a ver com isso)." (LOURO, 2002)

Nesse sentido, gênero é uma construção que se estrutura ao longo da vida em práticas sociais, seja em uma conversa com amigos, seja dentro dos ambientes formais, como as escolas, precisamos entender que essa educação deve ser iniciada dentro do ambiente familiar e que a escola é a continuidade necessária que atua acrescentando ou até mudando alguns valores para a melhoria de toda a sociedade.

Na convivência familiar a criança aprende que a divisão de tarefas domésticas não mudará o fator sexo (homem e mulher), e entenderão que ambos devem ter direitos e deveres iguais. Assim em suas palavras Louro, (2002) afirma que desde o seu nascimento meninos e meninas estão sujeitos a seguir um determinado comportamento, pois toda a cultura tem uma definição de conduta e sentimentos apropriados para homens e mulheres.

Isso nos mostra nitidamente que a família carrega a base de tudo, mas é considerável que a escola tenha o propósito de contribuir para o crescimento social dessa criança, é na escola que a mesma irá desenvolver suas habilidades e seus questionamentos e principalmente a construção da sua própria identidade.

Entretanto a escola que é considerada o espelho da sociedade passou a tratar essas diferenças de gênero tal qual a época em que se vivia, até hoje é comum em sala de aula vermos professores que agem de forma preconceituosa com seus alunos proibindo-os de participarem de atividades geralmente vistas como do sexo oposto.

As questões de desigualdades de gênero, sexualidade, “raça” e classe (e a intersecção destas várias categorias multiplicando e complexificando as relações de poder) têm se constituído como um dos principais campos de força na demarcação da noção de um indivíduo normatizado. [...] A escola, como local privilegiado de exercício de discursos pautados em relações sociais, constitui-se como um campo tanto de reprodução quanto de contestação das hierarquias, e é preciso perceber como isto ocorre, para tornar efetivo o combate às desigualdades. (SCOTT, MARION e QUADROS, 2009).

É fundamental que o educador saiba lidar com amplas situações que envolvem o preconceito ao gênero, para que isso não prejudique a formação da criança e não perpetue essa normalização do indivíduo que segundo Scott, Marion e Quadros, (2009) “A escola é o lugar onde se reproduz a hierarquia do poder. ”

Precisa-se desmistificar esses tipos de atitudes e

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



prezar pelo tratamento igualitário dentro do âmbito escolar, mais especificamente dentro da sala de aula, para que isso ocorra se faz necessário a escola envolver em seu currículo discursos que se apoderem do que está descrito na constituição federal, artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (BRASIL, 1998).

A inserção de gênero no currículo escolar, tem o propósito de contribuir na construção de valores da criança visando uma sociedade igualitária. Nesse caso a escola tem que ser um espaço em que as crianças consigam se ver e se expressar de forma natural e respeitosa com os demais colegas e que realize um trabalho educativo que atenda qualquer classe, segundo Braga (2012):

A escola pode deixar de ser um espaço de opressão e repressão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas. E, hoje, não é mais possível que as questões relativas à sexualidade passem despercebidas ou que sejam tratadas com deboche ou indignação moral. E os/as pedagogos/as têm uma importante ação nesse sentido (BRAGA, 2012).

A escola e os professores precisam estar preparados para promover debates que evidencie as relações de gênero, contribuindo assim para o desenvolvimento e crescimento social e familiar, mas infelizmente ainda é difícil debater tais questões, professores não estão preparados e sentem dificuldade para trabalhar essa temática.

Assim, é fundamental a preparação do professor para que esse tabu seja quebrado e que as discussões de gênero sejam cada vez mais comuns, a escola e a família devem contribuir nessa construção, pois o professor por si só não será capaz de depositar valores suficientes sem a ajuda da família, só com essa parceria o aluno terá a liberdade de fazer suas próprias escolhas e aprenderá a respeitar opiniões opostas às suas.

Para desconstruir estereótipos de gênero e combater o preconceito ou o machismo é importante que sejam promovidos diálogos e realizadas reuniões envolvendo outros pilares que constituem a formação do sujeito como família, comunidade e escola, sempre que possível.

Ensinar sobre formas de relacionar-se de modo diferente do que é estabelecido, é contribuir para uma maior compreensão da diferença, “prevenindo” assim “pré-conceitos” muitas vezes tão arraigados ao senso comum. E esse é o papel da educação. Com um viés científico e laico disseminar a importância de compreender as diferentes formas de relação. É ensinar o respeito. (OLIVEIRA, 2011).



Em outras palavras Oliveira, (2011) cita que esses discursos devem ganhar ênfase no currículo escolar, pois é de responsabilidade da escola contribuir para o entendimento das diferenças, deste modo os alunos deixariam de utilizar o senso comum para julgar o que é certo ou errado. Afirma que a escola deve interferir nesse tipo de pré-conceito e de uma forma laica e científica passar para os alunos o entendimento da diversidade prevenindo com essas discussões o pré-conceito, fator preocupante perante a construção da identidade.

A escola deve possibilitar atividades como lutar, dançar, jogar bola, rodar bambolê etc. Essas experiências devem ser oferecidas sempre com o cuidado de evitar enquadrar as crianças em modelos de comportamentos estereotipados, associados ao gênero masculino e feminino, como, por exemplo, não deixar que as meninas joguem futebol ou que os meninos rodem o bambolê (RCNEI, 1998).

Assim justifica-se que no contexto atual tende-se muito a discutir sobre a igualdade de gênero. Mulheres que passaram a trabalhar fora e ganharam ênfase no mercado de trabalho ocupando cargos anteriormente denominados masculinos e homens que optaram por fazerem atividades preconceituosamente como femininas, esses e outros fatores influenciaram diretamente na sociedade, e por consequência no ambiente escolar. O objetivo deste trabalho foi verificar se o alunado tem conhecimento sobre o tema igualdade de gênero, ressaltando os conceitos e preconceitos, como também, os seus direitos de liberdade e igualdade.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido seguindo uma metodologia descritiva e exploratória de estudo de caso com abordagem quantitativa. Segundo Trivinos, (1987) o estudo de caso se caracteriza como: “Uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Tendo como objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade.”.

Este trabalho foi realizado na escola pública Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo Castro, localizada na cidade de Arara, na Rua Senador Rui Carneiro, s/n. A cidade de Arara está localizada na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Ocidental. Em 2016, possuía uma população de 13.448 habitantes, em uma área territorial de 99 km² (IBGE, 2010).

A escola compreende o nível de ensino fundamental I e II, nos turnos diurno e vespertino. A técnica de coleta utilizada foi a aplicação de um questionário estruturado destinado aos discentes do sexto ano do ensino fundamental II.



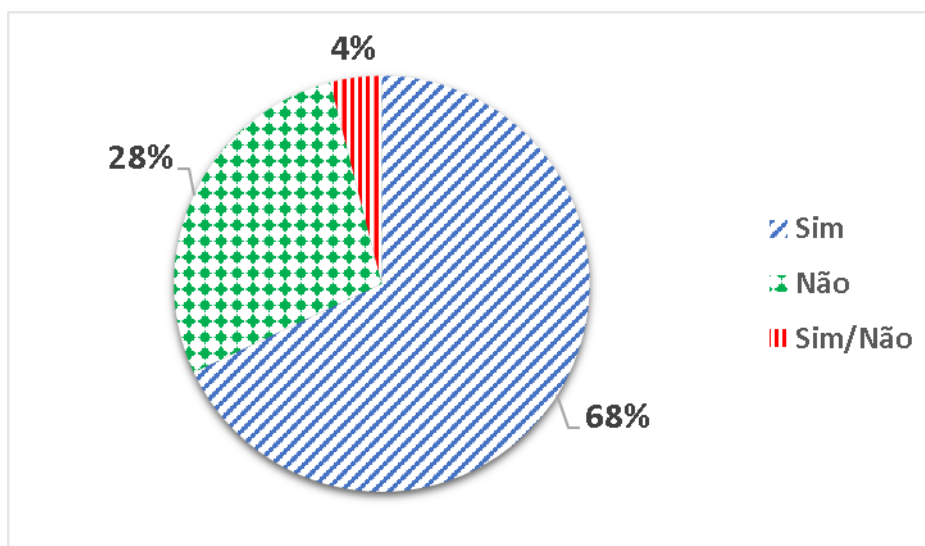
Foi entregue aos discentes do 6º ano do ensino Fundamental II um questionário estruturado contendo cinco questões sobre o tema, foi perguntado aos discentes o seu sexo, se os mesmos sabiam o que é igualdade de gênero, se em algum momento na sua formação acadêmica eles aprenderam sobre igualdade de gênero, se os mesmos já sofreram ou conhecem alguém que sofreu preconceito, e se concordam que equidade de gênero deveria ser ministrada de forma interdisciplinar nas escolas.

Os dados foram analisados através do questionário e os resultados por meio da estatística descritiva (percentual), representados por gráficos, utilizando para esta finalidade, o programa computacional Microsoft Office Excel 2013.

Resultados e Discussão

Por meio do questionário constatou que na sala de aula estavam presentes 36% do sexo biológico feminino e 64% do sexo biológico masculino. Com idade entre 11 a 13 anos de idade.

Gráfico 01: Conhecimento dos alunos do ensino fundamental II da Escola Municipal Maria do Carmo Castro no município de Arara-PB, sobre o termo igualdade de gênero.



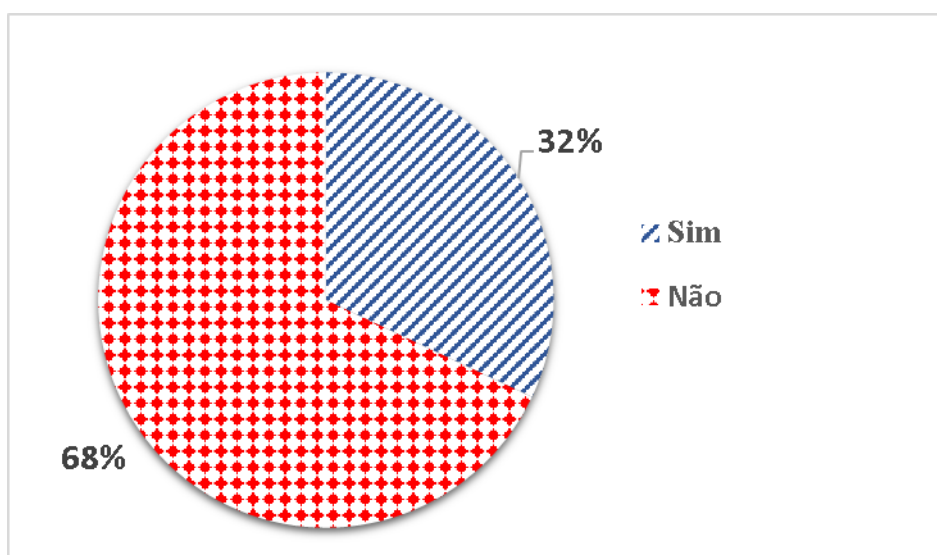
Fonte: Pesquisa direta, (2017).

O resultado do gráfico 01 revela que 68% dos estudantes perguntados tinha algum conhecimento sobre igualdade de gênero, mostrando assim que o tema está sendo cada vez mais discutido nos ambientes sejam eles formais ou



não formais. Destes alunos 28% negaram conhecimento pelo tema e apenas 4% do alunado marcaram as duas opções demonstrando assim uma indecisão a sua opção. O alto índice de alunos que conhecem a respeito das desigualdades entre os sexos nos permite afirmar que o tema já é debatido direta ou indiretamente entre as instituições sociais e a mídia, um fato curioso e importante de ressaltar é que dentre os entrevistados que responderam que conheciam o que termo 100% é do sexo feminino, fica evidente que devido a sua trajetória histórica de desigualdade e subordinação ao sexo masculino a mulher desde muito jovem procura se informar sobre o assunto. É de suma importância que haja esse conhecimento por parte das mulheres dos seus direitos perante a sociedade. Segundo Paes, (2016) “O acesso à informação é empoderador pois permite que as mulheres conheçam a fundo seus direitos, e possam, assim, exercitá-los amplamente.”

Gráfico 02: A igualdade de gênero dentro do currículo escolar na Escola Municipal Maria do Carmo Castro no município de Arara-PB.



Fonte: Pesquisa direta, (2017).

No gráfico 02 pode ser observado que cerca de 68% dos entrevistados afirmam que a igualdade de gênero não é um tema discutido dentro da sala de aula, o alto índice de alunos que nunca tiveram na sua formação escolar discussões sobre o tema nos permite afirmar e atribuir o conhecimento prévio pelo tema enfatizado no gráfico 01, que o mesmo ocorre de forma não-formal, seja pela família, religião ou outras instituições, como enfatiza GHON, 2011:

A educação não formal, hoje, se desenvolve em diferentes espaços como associação de bairros, nas organizações que coordenam e estruturam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br

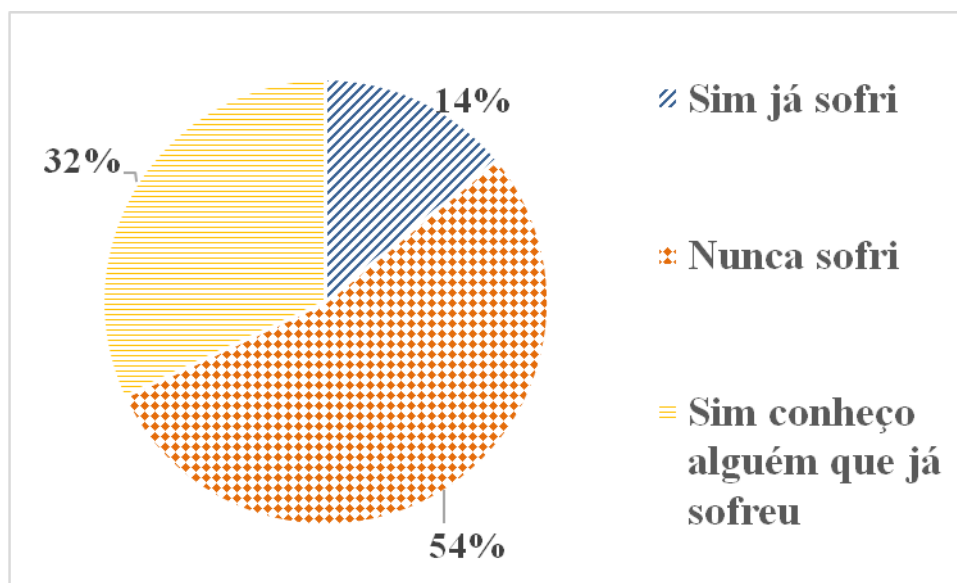


políticos, nas organizações não governamentais, nos espaços culturais, nos espaços interativos da escola formal com a sociedade entre outras. (GHON, 2011).

O plano nacional de educação o PNE propõe que as escolas insiram debates sobre a equidade de gênero nos seus currículos, para garantir que atinjam as metas propostas de desigualdade de gênero e direitos das mulheres, meta que deve ser atingida até 2023, conforme a lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Do Plano Nacional de Educação – PNE as escolas devem ter a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Os dados coletados contrapõem o que foi enfatizado pela docente, que afirma que trabalha a igualdade de gênero com seus alunos visando um mundo igualitário.

Gráfico 03: Preconceito ao gênero pelos alunos do ensino fundamental II da Escola Municipal Maria do Carmo Castro no município de Arara-PB



Fonte: Pesquisa direta, (2017).

De acordo com os dados do gráfico 03, podemos observar que 54% do alunado nunca sofreu preconceito ao gênero, 34% afirmaram que conhecem alguém que já sofreu discriminação relacionado a estereótipos de gênero e 14% afirmaram que sofreram preconceito por seu gênero. O preconceito contra o gênero também se reproduz nas escolas, é fato que a maioria dos alunos negam algum tipo de preconceito mas afirmam que conhecem pessoas que sofreram, segundo Santos, (2011) “A “diversidade” na sociedade que rompe/foge a hegemonia dos padrões sociais, frequentemente é alvo de discriminações e preconceitos, e a escola também reproduz tais manifestações. ” Enfatiza

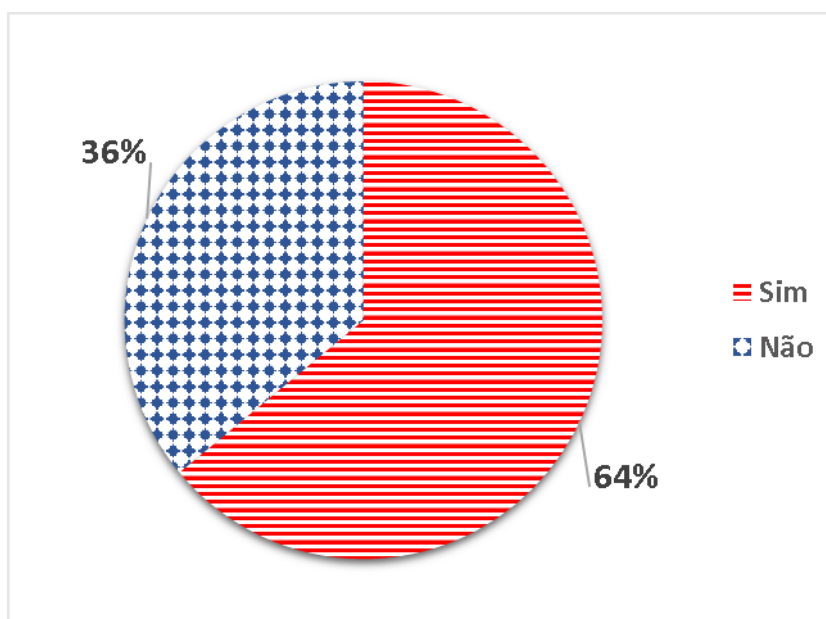


em outras palavras que a escola por ser uma das principais instituições das relações sociais é responsável por reproduzir o tradicionalismo e a hegemonia dos padrões sociais, porém segundo Cepesc (2009) a escola deve propor debates sobre a igualdade de gênero para que oriente o alunado a agirem de forma correta, e respeitem a diversidade.

[...] A escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais devem se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política. (CEPESC, 2009).

Cepesc, (2009) afirma que a escola deve formar um indivíduo crítico e autônomo que respeite as diferenças, segundo ele a escola deve se apoderar de critérios que façam os alunos a se respeitarem, ensinando a conviver com as diferenças para que ela não se torne alvo de humilhações e discriminações.

Gráfico 04. Equidade de gênero como tema interdisciplinar.



Fonte: Pesquisa direta, (2017).

No gráfico 04 observa-se o percentual de alunos que concordam ou discordam se equidade de gênero deveria ser ministrado de forma interdisciplinar nas escolas. A maioria dos alunos um total de 64% afirmou que equidade de gênero deveria estar presente no currículo escolar, o índice correlaciona o que diz Carvalho (2009), que a escola deve ser o lugar de inclusão de diferentes temáticas, embora ainda seja um desafio a inserção desses conteúdos no currículo escolar:

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Na escola, o convívio com as diferenças pressupõe a aceitação das desigualdades como instrumento de inclusão social. Trabalhar a problemática do gênero, da diversidade sexual e da raça e etnia, ou seja, abordar temas como estes, é, sobretudo uma proposta desafiadora e ousada, mas oportuna e necessária (CARVALHO, 2009).

Do alunado 34% negaram que o tema fosse trabalhado nas escolas. O alto índice de alunos que não concordam que o tema seja trabalhado dentro do âmbito escolar nos mostra o quão tradicional ainda está a sociedade, considerando que destes alunos que negaram que o tema deveria ser tratado de forma interdisciplinar 66,25% desses alunos são do sexo masculino, embora a maioria dos alunos acham importante a inserção de equidade de gênero nas escolas, o elevado índice nos instiga a saber quais os motivos reais da sua negação, podemos correlacionar os resultados com o fundamento anteriormente mencionado em que Bourdieu afirma em outras palavras, que o homem é neutro na sociedade e não precisa se reafirmar como sujeito, pois a sua vida ocorre na ordem natural das coisas, isso nos mostra que o sexo masculino não está preocupado em saber tais questões pois o seu legado cultural o fez como um ser dominante.

Conclusões

Constatou por meio dos resultados com os discentes que o tema igualdade de gênero ainda não se tornou parte do currículo escolar, embora o alunado já tivesse conhecimento sobre o tema com informações dadas em meios não formais.

Os estudantes da escola onde foi realizada a pesquisa recebem influências da família e da escola, relacionados ao gênero e começa a entender que todos são diferentes, porém foi verificado que a escola que deveria ser um precursor dessas questões ainda precisa atuar de forma mais efetiva sobre a importância da igualdade de gênero.

Referências

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da justiça (1996). **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em 20 de abril de 2017.

BRASIL, LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF,

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998. 3v

BRAGA, Eliane Rose Maio. Gênero, Sexualidade e Educação: **questões pertinentes à pedagogia**. In: Educação e Diversidade Cultural. CARVALHO, Elma Julia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosângela Célia (Orgs.). Maringá: Eduem, 2012.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. **Gênero, diversidade e desigualdade na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Editora universitária UFPE. Recife 2009. Disponível em: <https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/gnero%20diversidade%20e%20desigualdade%20na%20educa_o.pdf> Acesso em 14 de maio de 2017.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250090>> Acesso em: 05 de maio de 2017.

CEPESC, Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro. Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf> Acesso em: 07 de maio de 2017

GOHM, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo, Cortez. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero: questões para a Educação**. In: Bruschini, Cristina, Unberhaum, Sandra G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo, 2002. SP: FCC: Ed.34; Disponível em: <<http://docplayer.com.br/44507649-Genero-na-educacao-infantil-eugenia-lucia-dos-santos-nunes-1-clara-roberta-coutinho-silva-2.html>> Acesso em: 24 de abril de 2017.

OLIVEIRA, Polyanna Claudia ,2011 **A importância do ensino sobre questões de gênero na educação**, Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2017.

PAES, Bárbara **Acesso à informação e direito das mulheres** [livro eletrônico] / Bárbara Paes. -- São Paulo; Artigo 19 Brasil, 2016. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/12/Acesso-%C3%A0-Informa%C3%A7%C3%A3o-e-Direitos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

PEREIRA, E. C. **A violência doméstica e familiar no município de Montes Claros no período de 2011-2014**. Belo Horizonte, 2015. (Monografia). Especialização, FJP. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>> Acesso em 12 abril de 2017.

SANTOS, Ramaiane Costa; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. **O Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas**. 2011. 10 f., Universidade Estadual de Santa Cruz, São Paulo,

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



2011. Disponível em:
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/view/7709/7110>>. Acesso em: 05 maio 2017.

SANTOS, Thaís Ribeiro dos; DAMASCENO, Allan Rocha; Preconceito, indivíduo e cultura: reflexões sobre o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais. VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - issn 2175-960x. Disponível em:<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/processo_inclusivo/021-2011.pdf> Acesso em 27 de junho de 2017.

SCOTT, Parry. MARION Scott Liana. QUADROS Lewis Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na educação**: interpretações e reflexões para formação docente. Recife (2009) Disponível em:
<https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/gnero%20diversidade%20e%20desigualdade%20na%20educa_o.pdf> Acesso em: 03 de maio de 2017.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.